

Se a democracia tem momentos belos, que o embate mais ardoroso de idéias não desmerece, mesmo quando envolve fortes emoções, nem por isso deixa às vezes de apresentar à opinião pública espetáculos penosos moralmente, deprimentes, que dizem muito mal desse amplo universo que se convencionou chamar de classe política.

É alentador constatar que a revisão constitucional prossegue, tendo dado um largo passo nesta semana, mas não podemos deixar passar sem registro a atitude agressiva, grosseira, de um egoísmo feroz, demonstrada pela caravana de 3 mil vereadores que foi na quarta-feira a Brasília protestar contra pareceres do relator, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Como milhares de brasileiros assistiram pela televisão, o deputado Jobim, ao receber democraticamente o grupo para um debate, foi desacatado de uma forma torpe, xingado aos berros, acusado de ladrão e coisas do gênero, mostrando quanto ainda temos de evoluir para que cidadãos eleitos pelo povo adquiram a noção de que as suas comunidades esperam que eles as sirvam e não que se sirvam delas.

A cólera dos vereadores foi provocada por algumas propostas, tão racionais quanto estimu-

lantes, que o relator tem apresentado para dar substância à revisão constitucional. Ele sugeriu, entre outras idéias postas para a livre discussão e decisão pelo Congresso Revisor, que sejam estabelecidos critérios rígidos de população e renda para a criação de municípios, a redução de nove para cinco do número mínimo de vereadores e ainda que estes deixem de ser remunerados em municípios com menos de 10 mil habitantes.

São princípios absolutamente corretos. Erraram os constituintes ao delegar na Carta de 1988 (art. 18, § 4º) a lei estadual a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Como se tem visto, as assembleias legislativas têm sido extremamente generosas ao aprovar a "emancipação de municípios". A Constituição do Estado de São Paulo, por exemplo, em seu artigo 34, condiciona a criação de municípios a uma população mínima de 2.500 habitantes, devendo o centro urbano já constituído ter um mínimo de duzentas casas, o que chega a

# Espetáculos moralmente deprimentes

ser quase inacreditável. A Constituição paulista faz ressalvas quanto a regiões metropolitanas e prevê a realização de plebiscito para a "emancipação" de municípios, mas deixa campo aberto para a manipulação eleitoreira. Não sendo essa liberalidade privilégio de São Paulo, nenhum estatístico se aventura a calcular qual será o número total de municípios no Brasil ao fim deste ano eleitoral.

Em princípio, não somos contrários a que comunidades, por minúsculas que sejam, procurem elas próprias resolver os seus problemas. Há países em que aldeias de menos de quinhentos habitantes o fazem. A questão é o custo em um país com os nossos usos e costumes. Cada município há de ter um prefeito, uma Câmara de Vereadores, todos remunerados, é claro. E, quanto maior o número deles, mais prestigiosa se tornaria a cidade. O deputado pôs o dedo na ferida, ou melhor, em um florescente mercado, pois, como ele disse aos irados integrantes da caravana "municipalista", o teto de 5% das re-

ceitas das prefeituras para pagamento aos vereadores, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 1, é agora o piso.

Outro episódio nada edificante desta semana foi a dúvida que pairou sobre o voto do deputado Paulo Mandarino (PPR-GO) com relação ao tresloucado projeto de decreto legislativo que perdoa a correção monetária paga pelos agricultores desde 1979. Mandarino disse que não estava presente no plenário naquela sessão e, portanto, não poderia votar a favor, como o seu voto foi computado, ao lado dos de tantos e tão prósperos proprietários rurais. Um deputado disse que ele estava lá, sim; outro disse que não. O "votou-não votou" mereceu uma salomônica decisão do deputado Fernando Lyra (PSB-PE), corregedor-geral da Câmara. O "sim" do deputado goiano foi transformado em "não", mas o resultado da votação (menos um a favor) permaneceu válido.

Fica a suspeita de que a espécie dos "pianistas", aparentemente extinta, reapareça no Congresso. Toda vigilância agora é pouca para evitar que, em um ato orquestrado de insanidade, o Senado venha a aprovar um projeto que custaria à Nação, se ela resistir, US\$ 97 bilhões.